

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IV CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2014 - SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

PORTARIA 025/2015 – PONTOS DE AVALIAÇÃO NA PROVA ORAL

O Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul – IESES, considerando o disposto no item 1.3 do Edital de Concurso, que estabelece e pela delegação de competência estabelecida no item 17.1 do mesmo edital,

RESOLVE:

Art. 1º **ESTABELECE**R, em face dos Itens 11.4 c/c 11.1.2, ambos do Edital 001/2014, os pontos dos programas para arguição/avaliação dos candidatos convocados pela Portaria 024/2015 para a Prova Oral, a saber:

ÁREA A: DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Ponto I

1. Teoria Geral dos Atos Notariais. Princípios. Espécies. Objeto. Finalidade. Função. Fé pública notarial. Delegações e aspecto institucional dos serviços notariais. 2. Teoria Geral dos Registros Públicos. Princípios. Espécies. Objeto. Finalidade. Função. Fé pública registrária. Delegação e aspecto institucional dos serviços de registros públicos. 3. Lei de Registros Públicos (Lei Federal nº 6.015/73). Atribuições. Escrituração. Ordem do Serviço. Publicidade. Conservação e Responsabilidade.

Ponto II

4. Lei Federal nº 8.935/94. 5. Lei Federal nº 10.169/00. 6. Noções gerais de documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. Títulos e certidões em meio digital.

Ponto III

7. Legislação. Leis nºs 4.380/64, 4.504/64, 4.591/64, 6.015/73, 6.313/75, 6.766/79, 6.840/80, 8.560/92, 8.929/94, 8.935/94, 5.709/71, 7.433/95, 9.514/97, 10.169/00, 10.257/01, 10.267/01, 10.931/04 e 11.441/07. Decretos-lei nºs 58/37, 167/67, 271/67 e 413/69. Decreto nº 93.240/86. 8. Instruções normativas da Receita Federal e INSS relativas aos atos notariais e registrais.

Ponto IV

9. Registro Civil das Pessoas Naturais: Lei Federal nº 6.015/73 – Competência e atribuições – Escrituração – Ordem do Serviço – Publicidade – Conservação – Responsabilidade – Autenticação de Livros Mercantis. Chancela mecânica – Expediente ao Público – Certidões – Comunicações – Disposições Gerais – Princípios Informativos – Livros e Classificadores em Geral e Específicos – Títulos Extrajudiciais e Judiciais – Qualificação – Registros. Averbções. Anotações. Registro Civil das Pessoas Naturais em geral. Penalidades. Nascimento – Nome – Registro Fora do Prazo. Lei Federal 11.790/08 – Competência – Habilitação para Casamento – Proclamas – Casamento – Celebração do Casamento – Registro do Casamento Religioso para Efeitos Cíveis – Conversão da União Estável em Casamento – Registro civil de escrituras de separação e divórcio consensuais, e correlatas. - Óbito – Disposições Gerais – Da Declaração de Óbito Anotada pelo Serviço Funerário – Emancipação – Interdição – Ausência – Morte Presumida – Curatela – Tutela – Adoção – Investigação de Paternidade – Negatória de Paternidade – Substituição e Destituição do Poder Familiar – Guarda – Averbções – Anotações – Retificações – Restaurações – Suprimentos – Traslados de Assentos Lavrados no Exterior – Opção de Nacionalidade – Estatuto do Estrangeiro - Papel de Segurança – Reconhecimento de Filhos – Gratuidade no Serviço de Registro Civil. Fundo de ressarcimento dos atos gratuitos – Reconhecimento de Firmas e Autenticações – Lei Federal nº 8.935/94 – Diretrizes Gerais Extrajudiciais – Lei Federal nº 6.815/80 – Lei Federal nº 8.069/90 – Lei Federal nº 8.560/92.

Ponto V

10. Tabelionato de Notas: Lei Federal nº 6.015/73 – Atribuições – Livros e classificadores em geral e específicos do serviço notarial – Escrituração – Ordem do Serviço – Atos notariais em geral e em espécie - Os documentos necessários para a prática de atos notariais. As certidões negativas. Arquivamento e dispensa de arquivamento. – Publicidade – Certidões. Comunicações. Conservação – Responsabilidade – Da Lavratura dos Atos Notariais – Escritura pública. Requisitos. – Testamentos – Ata Notarial – Procuração – Doações – Cessões – Declaração e Reconhecimento de União Estável, União Homoafetiva e Correlatas – Reconhecimento de Filhos. Paternidade em geral. Alienação Parental – Escrituras de Imóveis em Geral – Dos Livros e Classificadores – Traslados e Certidões – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações – Cópias e Autenticações – Reconhecimento de Firmas – Da autenticação de documentos – Selo de Autenticidade – Escrituras de Separação, Divórcio e Inventário – Das disposições relativas à partilha de bens - Resolução 35/07 do CNJ – Central de escrituras e procurações – Central de

Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários – Do Registro de Imóveis em Geral – Processo de Registro – Matrícula – Averbações e Cancelamentos – Bem de Família – Hipoteca – Livros – Princípios de Registro de Imóveis – Fé Pública – Sistema Financeiro da Habitação – Documentos estrangeiros – Diretrizes Gerais Extrajudiciais - Lei Federal nº 8.935/94 – Lei Federal nº 8.560/92 – Lei Federal nº 11.441/07.

Ponto VI

11. Tabelionato de Protesto: Lei Federal nº 6.015/73 – Atribuições – Escrituração – Ordem do Serviço – Publicidade – Conservação – Responsabilidade – Lei Federal nº 8.935/94 – Lei Federal nº 9.492/97.

Ponto VII

12. Registro de Imóveis: Lei Federal nº 6.015/73 – Atribuições – Escrituração – Ordem do Serviço – Publicidade – Conservação – Responsabilidade – Das Disposições Gerais do Registro de Imóveis – Competência – Princípios Informativos – Livros e Classificadores – Certidões – Registros – Averbações – Prenotação – Anotações – Títulos Extrajudiciais e Judiciais – Qualificação – Notificações – Procedimento de Dúvida – Matrícula – Registro – Retificações e Georreferenciamento – Alienação Fiduciária – Parcelamento do Solo Urbano e Rural – Condomínios, Incorporações e Patrimônio de Afetação – Sistema Financeiro da Habitação – Contratos Imobiliários – Compromisso e Loteamento – Sistema de Financiamento Imobiliário – Reserva Legal – Desafetação – Tombamento – Restrições Convencionais e Legais – Terrenos de Marinha – Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro – Cédulas de Crédito Rural, Industrial, Comercial, Bancário, à Exportação e de Produto Rural – Imposto de Transmissão Inter Vivos e Causa Mortis – Bem de Família – Princípios do Registro de Imóveis – Continuidade. Especialidade. Legalidade. Inscrição. Presunção e Fé-Pública – Prioridade – Instância – Remição do Imóvel Hipotecado – Diretrizes Gerais Extrajudiciais – Lei Federal nº 6.766/79 – Lei Federal nº 8.935/94 – Lei Federal nº 9.514/97 – Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) – Código de Águas– Lei Federal nº 11.977/09 – Lei Federal nº 10.169/00.

Ponto VIII

13. Registro de Títulos e Documentos: Lei Federal nº 6.015/73 – Atribuições – Escrituração – Ordem do Serviço – Publicidade – Conservação – Responsabilidade – Livros e Classificadores – Registro Civil das Pessoas Jurídicas – Escrituração – Matrícula de Jornais, Oficinas, Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias – Registro de Títulos e Documentos – Atribuições – Escrituração – Transcrição e Averbação – Ordem do Serviço – Notificações – Cancelamento – Princípios Informativos – Registros de Associações, Fundações, Partidos Políticos e Sociedades – Lei Federal nº 8.935/94.

ÁREA B: DIREITO CIVIL, DIREITO EMPRESARIAL/COMERCIAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CIVIL

Ponto I

1. Lei de Introdução ao Código Civil. 2. Das pessoas - Das pessoas naturais e jurídicas. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. 3. Das pessoas jurídicas. Disposições gerais. Constituição, extinção, responsabilidade. Associações, fundações e sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica. 4. Do domicílio. 5. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos (bens imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos). Dos bens reciprocamente considerados. Bens públicos e particulares. Bem de família. 6. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico: modalidade, forma, defeitos e nulidades. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da interpretação do negócio jurídico. Da invalidade e da ineficácia do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. 7. Da prescrição e da decadência. Da forma e da prova.

Ponto II

8. Do direito das coisas: Princípios. Posse, propriedade, usufruto, servidão, enfiteuse, penhor, hipoteca e caução. Alienação fiduciária em garantia. Condomínios e incorporações. Novas formas de propriedade condominial. Parcelamento do solo. 9. Da posse e sua classificação. Da aquisição, efeitos e perda da posse. Dos Direitos Reais. Da propriedade em geral. Da aquisição da propriedade imóvel e móvel. Da perda da propriedade. Das restrições ao direito da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio geral. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Dos direitos reais sobre coisa alheia. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habilitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Incorporação - Parcelamento e Regularização do Solo Urbano. Estatuto da Cidade.

Ponto III

10. Do direito das obrigações. Das modalidades e efeitos. Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações. Cláusula Penal e arras. Transferência das obrigações. Responsabilidade civil: culpa, dano, nexo de causalidade e excludentes. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade dos notários e registradores. 11. Dos contratos em geral. Disposições gerais: Princípios, requisitos, formação, interpretação, classificação. Dos efeitos. Das várias formas de contrato. Das várias espécies. Contratos preliminares. Contratos aleatórios. Promessa de fato de terceiro. Estipulação em favor de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Vícios redibitórios. Evicção. Da extinção do contrato. Da compra e venda, compromisso de venda e compra. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Da locação de coisas, comodato, mútuo, prestação de serviços,

da empreitada, depósito. Do mandato. Da sociedade. Da comissão, agência e distribuição. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança. Da transação. Do compromisso. Dos atos unilaterais. Dos títulos de crédito. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. Das obrigações extracontratuais.

Ponto IV

12. Do Direito de Família. Do direito pessoal. Do casamento. Da capacidade matrimonial. Formalidades. Dos impedimentos. Das causas suspensivas. Do processo de habilitação. Da celebração, do casamento. Da prova do casamento. Dos efeitos. Da eficácia do casamento. Da invalidade ou nulidade do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Do direito assistencial. Da proteção da pessoa dos filhos. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Da adoção. Do poder familiar. Do direito patrimonial. Do pacto antenupcial. Do regime de comunhão parcial. Do regime de comunhão universal. Do regime de participação final dos aquestos. Do regime de separação de bens. Da união estável. Da guarda, tutela, curatela e da interdição. Do bem de família. 16. Dos direitos das sucessões: Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do testamento em geral. Da capacidade de testar. Das formas ordinárias do testamento. Da revogação. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Das disposições testamentárias. Dos legados. Herdeiros necessários. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da deserdação. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação. Do rompimento do testamento. Do testamentário. Do inventário e da partilha. Da transmissão da herança, aceitação e renúncia. Herança jacente. 17. Bens sonegados. Colações. Pagamento de dívidas. 19. Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. 22. Lei 11.441/07.

Ponto V

13. Dos Títulos de Crédito: Disposições Gerais. Do Título ao Portador. Do Título à Ordem. Do Título Nominativo. 14. Da Responsabilidade Civil: Da Obrigação de Indenizar. Da Indenização. 15. Das Preferências e Privilégios Creditórios. 18. Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. 20. Lei 9.610/98 – Direitos autorais. 21. Lei 10.931/04.

Ponto VI

DIREITO EMPRESARIAL/COMERCIAL

1. Do Empresário: Da Caracterização e da Inscrição, Da Capacidade. 2. Da Sociedade: Disposições Gerais. 3. Da Sociedade não Personificada: Da Sociedade em Comum, Da Sociedade em Conta de Participação. 4. Da Sociedade Personificada: Da Sociedade Simples, Da Sociedade em Nome Coletivo, Da Sociedade em Comandita Simples, Da Sociedade Limitada, Da Sociedade Anônima, Da Sociedade em Comandita por Ações, Da Sociedade Cooperativa, Da Sociedade Coligadas, Da Liquidação da Sociedade, Da Transformação da Incorporação, da Fusão e da Cisão das Sociedades, Da Sociedade de Autorização. 5. Do Estabelecimento. 6. Dos Institutos Complementares: Do Registro, Do Nome Empresarial, Dos Prepostos, Da Escrituração. 7. Arbitragem. 8. EIRELI – Lei nº 12.441/11.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ponto VII

1. Fontes constitucionais do Processo Civil. 2. Atos processuais: formas, tempo, prazos, comunicação e nulidades. 3. Processo: partes, formação, suspensão e extinção. Condições da ação e pressupostos processuais (noções gerais). 4. Prova: teoria geral, meios de prova (oral, documental e pericial), ônus da prova, inspeção judicial. 5. Sentença: requisitos e efeitos. 6. Recursos: normas gerais, apelação, agravo de instrumento, embargos declaratórios, especial e extraordinário (noções gerais). Recursos Repetitivos. Súmulas Vinculantes. 7. Liquidação de sentença. 8. Processo de execução: título executivo, penhora, embargos de devedor e embargo de terceiro. Impugnação ao cumprimento de sentença. Bem de família (Lei 8009/90). 9. Processo cautelar: poder geral de cautela, medidas nominadas e inominadas. Medidas cautelares previstas no CPC e na Legislação Extravagante.

Ponto VIII

10. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Inventário e arrolamento de bens. 11. Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais e Juizados Especiais da Fazenda Pública. 12. Mandado de Segurança individual e Coletivo. 13. Execuções Especiais previstas em legislação extravagante (SFH). 14. Recuperação de Empresas e Falência. 15. Habeas Data e Ação Popular. 16. Estatuto do Idoso. 17. Lei da Ação Civil Pública. 18. Alienação Fiduciária em Garantia de móveis e imóveis. 19. Lei de Locações. 20. Execução Fiscal. 21. Código de Defesa do Consumidor. 22. Arbitragem.

ÁREA C: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E NORMAS ESPECIAIS.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ponto I

1. Constituição: histórico do constitucionalismo; conceito; classificação; objeto, elementos. 2. Poder constituinte. 17. História das Constituições Brasileiras.

Ponto II

3. Controle de constitucionalidade: conceito e formas; o controle no direito brasileiro. 4. O princípio da Moralidade na Constituição

do Brasil.

Ponto III

5. Princípios fundamentais da República brasileira. 6. Direitos e garantias fundamentais: direito e deveres, individuais e coletivos, direitos sociais e direito de nacionalidade.

Ponto IV

7. Organização do Estado. 8. Administração Pública. 9. Organização dos Poderes. 10. Ordem econômica e financeira. 11. Ordem social. 12. Proteção ao Meio Ambiente. 13. Família, Criança, Adolescente e Idoso. 14. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Ponto V

15. Regime jurídico dos serviços notariais e de registro (e das serventias do foro judicial.) 16. A fiscalização e a regulação dos serviços notariais e de registro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ponto VI

1. Administração pública: conceitos, princípios e poderes da Administração. 2. Serviço público: conceito, elementos de sua definição, princípios, classificação. 3. Serviço público delegado. Delegação dos serviços notariais e de registro e agente. 4. Servidores públicos e agentes públicos. 5. Atos administrativos: conceito, atributos, elementos, classificação. Motivação. Vícios, revogação, invalidação e convalidação. 6. Contratos administrativos.

Ponto VII

7. Bens públicos, Desafetação. 8. Responsabilidade do Estado e responsabilidade do delegado de serviço público. 9. Intervenção do Estado na propriedade. 10. Controle da administração pública, controle administrativo, legislativo e judicial. Os meios de controle judicial. 11. Processo Administrativo. Processos Administrativos no Tribunal de Justiça, no Conselho Superior da Magistratura, na Corregedoria Geral da Justiça e no Juízo Corregedor Permanente. 12. Ação Civil Pública, Mandado de Segurança e Ação Popular. 13. Lei Federal nº 9.784/99.

Ponto VIII

NORMAS ESPECIAIS

1. Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul 2. Diretrizes Gerais Extrajudiciais. 3. Regimento Interno Tribunal Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul 4. Provimentos e resoluções do CNJ. 5. Legislação estadual sobre atividade notarial e registral 6. Lei(s) Estadual(is) de Custas e Emolumentos 7. Provimentos da Corregedoria Geral de Justiça de números: (a) De2003 – 1 e 3 (b) De2004 – 3, 4 e 7 (c) De2005 – 1,10, 14, 15 e 17 (d) De2006 – 8 (e) De2007 – 10, 13, 15, 16 e 25 (f) De2008 – 1, 4, 9, 11, 21, 23, 25, 27 e 28 (g) De2009 – 1, 2, 4, 5, 7, 8, 11, 18, 20, 21, 25 e 26 (h) De2010 – 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 50, 51 e 52 (i) De2011 – 55, 56, 59, 63, 67 e 68 (j) De2013 – 79, 80, 81, 85, 91, 93 e 94

Art. 2º **ALERTAR** que, uma vez definida a ordem de arguição, pelo sorteio que se realizará no dia nove de abril do corrente ano, às quatorze horas na sede do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, os candidatos:

1. deverão se organizar para se apresentarem para a prova oral com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de fechamento da porta de entrada, indicado na portaria que informar o resultado do sorteio antes referido, a partir do que será registrada sua presença e realizado o sorteio do ponto (único para as três áreas/avaliadores) para sua avaliação;
2. deverão comparecer ao local de provas munidos dos respectivos documentos de identidade;
3. não poderão efetuar consulta a quaisquer documentos após a realização do sorteio do ponto.

São José (SC), 6 de abril de 2015

(original assinado e arquivado)

Prof. Paulo Afonso de Meireles, Msc.

Coordenador do Concurso – IESES